

JUVENTUDE RURAL NA AMAZÔNIA: MOBILIDADE DE JOVENS RURAIS ENTRE O LOTE E A SEDE DE RORAINÓPOLIS/RR

Antonio de Souza Nascimento¹

RESUMO

Tendo o rural e o urbano como polos integrados, eles formam, assim, o que Silva (1999) chama de “rurbano”. Mesmo considerando as semelhanças e a continuidade entre o rural e o urbano, tais relações não excluem suas particularidades, não representam o fim do rural. Ao pegar a juventude como tema transversal nesta discussão sobre a ruralidade, é possível vislumbrar a possibilidade dela não ser uma das responsáveis pelo esvaziamento do campo, por conta da busca de melhores condições de vida, que corresponda às suas expectativas. A migração do jovem rural para a cidade não é um dado suficiente para se concluir que estes jovens não têm nenhuma perspectiva como rural, pois, o que acontece é uma busca por melhoria e qualidade de vida. Considerando todos esses fatores, o objetivo deste artigo é analisar os principais elementos que fortalecem na juventude rural de Rorainópolis o sentimento de pertença ao campo ou que a motiva se ausentar dele. O método utilizado é o de uma análise da relação estabelecida entre o campo e a cidade pelos jovens e a discussão a respeito dos desafios e perspectivas considerados pertinentes e decisivos na escolha dos jovens de continuar no lote ou migrar para a cidade.

Palavras-chave: Juventude Rural. Mobilidade. Relação campo e cidade.

1 Aluno do Curso de Pós-Graduação Sociedade e Fronteira, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e membro do Grupo de Pesquisa GEIFRON/UFRR. E-mail: atnsouza@gmail.com

RURAL YOUTH IN THE AMAZON: MOBILITY RURAL YOUTH BETWEEN THE LOT AND THE SEAT RORAINÓPOLIS / RR

ABSTRACT

Having the rural and urban centers as integrated, they thus form the “rurban”. Even considering the similarities and continuity between rural and urban, such relationships do not exclude its merits, not the end of the country. To take the youth as a crosscutting theme in this discussion about rurality, it is possible to envisage the possibility of not being one of those responsible for emptying the country, on account of the search for better living conditions, that meets your expectations. The migration of rural youth to the city is not enough data to conclude that these young people have no perspective as rural, because what happens is a search for improvement and quality of life. Considering all these factors, the aim of this paper is to analyze the main elements that empower the rural youth of Rorainópolis the sense of belonging to the field or what motivates him to leave. The method used is an analysis of the relationship between town and country by the young and the discussion about the challenges and perspectives that are relevant and decisive in the choice of young people continuing in batch or migrate to the city.

Keywords : Rural Youth. Mobility. Value field and city.

Introdução

Os estudos acadêmicos voltados para o rural têm contribuído para que haja uma linha de raciocínio que o compreenda a partir de seus processos de transformações, ou seja, percebê-lo como algo móvel, que está em constante mudança, e não um espaço estático, que ficou atrelado ao passado.

As discussões a respeito da ruralidade tem gerado uma concepção diferenciada do campo, porque ela não está atrelada ao espaço físico em si, mas seu interesse está nos padrões de comportamentos constituídos pelo grupo social que vive no campo. Ela ajuda a quebrar o grilhão que prendia a relação campo e cidade a partir de um processo dicotômico. Contribuí para o rompimento da concepção de que as identidades são definidas a partir do espaço físico ocupado. E para melhor compreender esse processo os dados utilizados na análise foram coletados no final de 2010. O trabalho de campo do Mestrado, que ocorre na mesma região, aponta que tal contexto ainda continua fazendo parte do cotidiano da juventude local.

No estado de Roraima, nem mesmo a capital escapa da relação que envolve o rural e o urbano. Todos os 15 municípios do estado estão cercados por uma espacialidade rural. Estes perímetros servem como ponto de encontro das famílias que saem do lote para comercializar seus produtos e fazer as compras daquilo que estão precisando para subsistência da família e para dar continuidade ao plantio das roças ou criação de animais.

No núcleo urbano de Rorainópolis uma parcela significativa de famílias tem garantido nele uma casa para manter os filhos nos estudos. Mas a casa na sede não serve apenas como casa de apoio, mas também como moradia, pois, devido a pouca distância da propriedade, o trânsito de familiares entre o lote e a sede é constante.

Esta nova abordagem sobre o campo ajuda no processo de reelaboração da metodologia, até então, usada para estudar o fenômeno da migração, e é a partir desta reelaboração que procuro compreender o processo de mobilidade feita pelo jovem rural entre o lote e a cidade.

Esta dinâmica tem exigido a construção de novos modelos de relações entre o jovem e o rural, que não impossibilitem que o mesmo, por mais que opte pela

saída do lote, tenha relação direta com este, afirmando-se como jovem rural. Acontece que alguns jovens deixam o lote para estudar ou trabalhar e acabam por escolher a cidade como novo espaço para construir os alicerces de sua nova vida, tal escolha deve-se, comparado com aquilo que o campo lhe oferece, às melhores oportunidades que o espaço urbano lhe oferece. Porém, esta escolha não faz dele um jovem urbano, porque a materialidade do espaço já não é mais pressuposto que determina a identidade.

A metodologia utilizada na pesquisa seguiu a revisão de literatura e entrevistas com alguns jovens nas vicinais, dentro da perspectiva das trajetórias de vida dos jovens e de suas famílias, com o objetivo de compreender o problema da pesquisa a partir da dinâmica familiar, pois os jovens não estão desagregados desse núcleo, e que sofre influencia da própria trajetória migratória da família, que não é do lugar, mas chegou ali de outro.

I. A construção da categoria juventude

A respeito das fronteiras impostas para definir quem é jovem, uma delas é a divisão etária que não é elemento cabível para tal definição, uma vez que ela parte de princípios biológicos, colocando a juventude numa linha do tempo em perspectiva evolutiva, ahistórica e anti-social. Olhar o jovem enquanto ser orgânico não deixa de ser importante, desde que não percamos a percepção de que esses recortes etários são frutos de uma configuração social que é construída a partir de cada cultura. Como podemos observar, a partir de Weisheimer (2004), não há um consenso entre a faixa etária que define quem é jovem e quem não é, e isso dentro de uma mesma cultura, a “ocidental”.

Demarcar os limites de entrada e saída da condição juvenil nem sempre é uma tarefa fácil. Diversos pesquisadores, organismos internacionais e formações jurídicas definem a juventude a partir de diferentes recortes de faixa etária. Conforme a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico, abrangendo as etapas da pré-adolescência (10-14anos) e a adolescência (15-19 anos) [...] A Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ, 1994) e a Organização Internacional da Juventude (UNESCO, 1997) usam a faixa entre 15 a 24 anos. No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE clássica o “grupo jovem” entre 15 a 24 anos em três recortes

etários: 15 – anos como jovens adolescentes; 18 – 20 anos os jovens e, 21 a 24 anos como jovens adultos... Já de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13/7/1990, o adolescente encontra-se na faixa de 12 a 18 anos. No entendo, é a definição da UNESCO produzida a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, em Grenoble (1964), a mais utilizada por pesquisadores” (WEISHEIMER, 2004, p. 85)

Corroborando com a ideia do autor, observando que a análise deve se pautar mais incisivamente em como essas configurações são construídas, o que influencia, por sua vez, os modelos de recortes etários que determinam quem é jovem ou não naquele determinado contexto.

Dentro de uma perspectiva sociológica, a partir de Mannheim (1982), Pereira (2007) apresenta uma concepção de juventude a partir do contexto geracional, porém, que não é homogênea, destacando que mesmo dentro da mesma geração não é possível a homogeneidade, pois, nem todos os jovens vivem a mesma realidade internamente, e nem concordam igualmente, não existindo, assim, um consenso sobre o contexto social vivido por eles.

[...] a chave da geração não pode conceber os jovens como um todo homogêneo, pois o pertencimento a uma geração não significa, necessariamente, partilhar dela as idéias, as aspirações e ações. Assim como há diferenças entre jovens de classes sociais distintas, também o há entre jovens de uma mesma geração a partir da forma como interpretam e experimentam sua vida social. A idéia central é que, embora existam vínculos culturais entre os membros de uma geração, não decorre daí que eles constituam um grupo social concreto, como o simples pertencimento de um indivíduo a uma classe social não implica – necessariamente – que ele tenha consciência de classe. (PEREIRA, 2007, p. 39).

Nessa perspectiva, conforme aponta Pereira (2007), o recorte etário não absorve, por completo, o contexto vivido pelos jovens, assim como a ideia de homogeneização, como instrumento para definição da juventude é inapropriado. O autor destaca a existência de três principais correntes teóricas que pensam a juventude: geracional, classista e a culturalista. A seguir farei uma apresentação das abordagens, e procurarei fundamentar e justificar a corrente teórica escolhida para realização desta pesquisa.

A abordagem geracional a respeito da categoria juventude a compreende enquanto um momento da vida. O eixo norteador desta corrente teórica está pautado na discussão sobre continuidade e descontinuidade dos valores e normas desta geração.

Segundo Pais (1993), para que se tenha uma noção clara do modo de interpretação geracional da juventude é preciso conhecer os princípios que servem de base para tal definição. O autor nos apresenta três: o biológico, entendido a partir da formação corporal dos indivíduos; o demográfico, caracterizado pelo agrupamento de indivíduos com idades semelhantes ou na média; e o social, que se destaca pelo posicionamento dos indivíduos diante dos acontecimentos. Nesta perspectiva, a juventude não é vista como homogênea e há diferenças nítidas entre os diversos grupos de juventude, onde cada um tem o seu próprio modo de interpretar a realidade. (Cf. MANNHEIM, 1961 e 1982; PAIS, 1990 e 1993).

A partir da concepção geracional, geralmente a tendência é os jovens terem contato com o mundo e interpretarem seus conflitos como parte de uma geração, e não como membros de uma classe. Porém, mesmo assim, tal experiência conflitiva não é compartilhada por todos, existem muitos jovens que não se sentem parte neste processo de reflexão à respeito do contexto em que estão inseridos. Dentre os jovens que se sentem inseridos dentro de uma geração que enfrentam conflitos gerais, que atingem a todos, e específicos, que atingem um determinado grupo juvenil e que não faz parte do contexto vivido por outros grupos.

Lopes (2008) considera que a definição de juventude deve seguir uma metodologia dinâmica que não permita estabilidade. Reforçando essa ideia aparece Castro (2004), que apresenta elementos que ajudam a entender como a categoria juventude vai sendo construída socialmente. Ela apresenta as mais diversas concepções que determinam quem é jovem e quem não é, e chama atenção para a seguinte preocupação:

O devido as muitas concepções definem olhares e mesmo a atuação do poder público. No entanto, independente do recorte, esse objeto de investigação carece de um aprofundamento sobre a própria construção da categoria. Permeada de definições genéricas, associada a “problemas” e “expectativas”, a categoria “juventude” tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles

que são definidos como “jovens”. Há muito a ser percorrido neste campo investigativo para ampliarmos nossa compreensão sobre as muitas juventudes “urbanas” e “rurais” (CASTRO, 2004, p. 5 e 6)

Compreendendo a juventude a partir de uma construção sociohistórica, Meireles Neto (2009) entende que ela é a responsável pela possibilidade de colocar em crise as normas postas pelo grupo social que faz parte; quando se diz aqui “possibilidade” é porque no contexto vivido por aqueles considerados jovens dentro do grupo social a liberdade e os limites são mecanismos utilizados pelo grupo para manter a ordem, o controle sobre os mesmos. Quando o controle se encontra ameaçado, o grupo social cuida logo de impor à eles sua ascensão à vida adulta.

Um exemplo que pode ser colocado aqui é o fato do casamento ser considerado um ato de gente adulto. Quando os jovens tendem ao exercício de tal prática, mesmo com o consentimento dos pais, então, para este ato não ser considerado uma quebra dos costumes, ao optar pelo casamento já não são mais os jovens que está fazendo tal escolha, mas uma pessoa que foram jovens até bem pouco tempo antes da decisão de casar.

A cerimônia do casamento é considerada a porta de entrada para a vida adulta. Outro exemplo diz respeito ao trabalho, quando o jovem decide deixar a casa dos pais para trabalhar fora, esta decisão configura independência. Somente uma pessoa adulta tem a capacidade de ser independente. Um jovem não tem esta liberdade e quando insiste, quem sai de casa não é um jovem em busca da realização de seu projeto de vida, mas um adulto, maduro o suficiente para saber o que é melhor para si.

Segundo Meireles Neto (2009), partindo de um embasamento sociológico sobre a definição da juventude, nos apresenta a relação juventude e sociedade e como a subalternidade deve ser superada.

[...] a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude – uma categoria social sobre a qual reflete, de modo particular, a crise do sistema. A sociedade passa a ser, objetivamente, o ponto de contestação. É nessa fase de vida em que ocorre o ápice da contradição entre potencial criativo e os bloqueios impostos pela sociedade capitalista. Significa dizer que, a sociedade patriarcal capitalista impõe uma lógica de subalternidade

nas relações sociais com este seguimento da população, colocando-os em posição inferior aos adultos... Urge combater a idéia hegemônica naturalizada pela sociedade de que a juventude é imatura e inexperiente – e que, portanto precisa ser preparado para o depois, como também ter acompanhamento (intervenção) dos “experientes”. A nosso ver, compreender o papel das juventudes na condição das transformações sociais como sujeitos e protagonistas das transformações que se quer construir, é um imperativo, uma vez que essa postura possibilita que as potencialidades deste ser social se manifestem na sua plenitude, na disputa pela hegemonia na sociedade. (MEIRELES NETO, 2009, p. 4)

O que fica intrínseco é que a juventude não pode ser considerada homogênea, não existe a juventude, mas as juventudes. Para Carneiro (1998) a categoria juventude precisa ser compreendida a partir de um ponto que seja capaz de dar conta da estratégia utilizada pelos jovens para a realização de seus projetos de vida. Esta forma de pensamento da autora é retratado com mais veemência em linhas à frente.

2. Sobre o local pesquisa

Os primeiros moradores de Rorainópolis chegaram em 1976, eram trabalhadores da empresa responsável por colocar os bueiros nos igarapés para os aterrar na local por onde iria passar a BR-174. A abertura da BR-174 contou com duas frentes, uma que vinha de Manaus e a outra que ia ao sentido contrário, o objetivo era que as duas frentes pudessem se encontrar no meio entre Boa Vista e Manaus. Eles estavam na equipe que abria a estrada no sentido Manaus. Os três primeiros que pisaram os pés no município com o objetivo de fixar morada foram o Sr. Francisco Reis, conhecido como Chico Reis, que trouxe logo a família, a esposa e seis (6) filhos, e junto os senhores João Rosa de Souza e Israel de Souza. A esposa do Sr. João rosa não veio junto porque estava grávida, e ficou para ganhar a criança.

A pedra de fundação da cidade foi a instalação na sede de uma unidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), às margens da BR-174, a mais importante do estado, durante a década de 1970. O INCRA implantou um programa para distribuir terras, atraindo pessoas de todo o Brasil. Rorainópolis, assim como boa parte da população do estado, é formada por pes-

soas de diversas regiões do país, principalmente do nordeste.

O Município de Rorainópolis é o segundo mais populoso do estado, perdendo apenas para a Capital. O seu perímetro urbano é circundado de vicinais, que mantém uma relação econômica, política e sociocultural com a sede do município. Foi criado pela Lei Estadual nº 100 de 17 de outubro de 1995. Rorainópolis nasceu como Vila do INCRA. É um município localizado ao sul do estado. Suas principais localidades são: Equador, Jundiá, Martins Pereira, Santa Maria do Boiaçu e Nova Colina.

O município apareceu em uma reportagem da revista VEJA, de 04 de agosto de 1999, como o “Eldorado Brasileiro”, devido ao seu estupendo crescimento em um curtíssimo espaço de tempo. Tratava-se de uma pequena vila que em poucos anos virou uma cidade de mais de 24 mil habitantes, conforme resultado do Senso de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo número de habitantes faz dela a segunda maior cidade do estado, ficando atrás apenas da Capital.

No censo de 2010 foram contabilizados 24.279 habitantes no município, sendo que destes, 10.673 estão morando na cidade e 13.606 moram na área rural do município. Em questões percentuais, segundo o próprio IBGE, a população urbana representa 44% e a rural 56%. Os jovens do município, na faixa etária entre 15 e 29 anos, a partir dos números apresentados pelos IBGE, representa um percentual de 30% de toda a população do município, com 7.444 jovens. Os dados não fornecem a informação quem destes estão na área rural e quantos vivem na cidade.

3. Novas configurações na relação campo e cidade

Nesta seção apresento algumas das diferentes perspectivas que abordam a relação entre campo e cidade. Identifico com qual das perspectivas este trabalho se alinha, que melhor apreende a realidade estudada.

Favareto (2007) destaca três dimensões que acredita ser definidoras do que conhecemos como ruralidade nos tempos atuais. Segundo ele, estas três dimensões são as “relações rurais-urbanas”, a “proximidade com a natureza” e os “laços interpessoais”. Para o autor estas questões são consequências históricas, resultado da erosão do que ele chama de “paradigma agrário”, que, por sua vez, serviu

como base para a construção intelectual do novo rural.

Ele cita que até o período da revolução industrial o motor da história esteve no meio rural, ou seja, era o campo que impulsionava a existência da história; com o surgimento das cidades, principalmente com a revolução industrial, esta se transformou no que ele chama de “parasitas tutelares”.

Em outras palavras, a cidade para se consolidar suga para si a responsabilidade de conduzir a história a seu modo. Pelo que o autor expõe, a cidade se delega a este propósito, o de tutelar a história, com o objetivo de se distanciar do campo, de possuir sua autonomia. Antes, a cidade dependia exclusivamente das relações economicamente campestres. Com o advento da industrialização a cidade cuidou logo de administrar esta situação, passando ela a dominar as novas relações econômicas, colocando, assim, o campo como seu subordinado.

Essa ideia de autonomia que a cidade tenta sustentar frente ao campo é frágil, pois, a própria definição de urbano não consegue afastá-la de uma dependência das relações com o rural para continuar existindo. Do ponto de vista econômico e geográfico, em algumas circunstâncias, a existência do urbano acaba sendo consequência da expansão rural. Rorainópolis, por exemplo, possui junto à BR-174, três (03) principais vilas cuja renda das pessoas que moram ali vem do lote, com exceção de alguns comerciantes e funcionários públicos que ali residem.

Martins Pereira, Nova Colina e Equador são considerados polos urbanos, mesmo que 90% de seus moradores sejam agricultores. Existe na Câmara Federal um projeto formulado pelo Senador Mozarildo Cavalcante, que já foi aprovado no Senado e agora espera ser aprovado na Câmara Federal. Este projeto prevê a criação de 6 novos municípios, que pode chegar a 9, dependendo dos estudos de viabilidade que está sendo realizado por três comissões formadas por deputados da Assembleia Legislativa do estado, uma para atender a região norte (Cantá, Bonfim, Normandia, Pacaraima, Amajari, Uiramutã), outra a região central (Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema e Caracará), e a última para acompanhar a região sul (Caroebe, Rorainópolis, São Luis e São João da Balisa). Nova Colina, que fica há 40 km depois de Rorainópolis, sentido Manaus, está cogitada para ser um desses novos municípios.

Os moradores de Nova Colina são considerados urbanos pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e isso faz surgir um questio-

namento: o único meio de fazer com que as políticas públicas, tais como saúde, moradia, educação, trabalho, cheguem à regiões como estas, é transformando-as em municípios?

Tal atitude representa a visão ainda carregada pelo arcaísmo, porque concebe a ideia de que apenas moradores da cidade podem e devem desfrutar de tais políticas sociais, quem mora no campo, se quiser desfrutar, precisa pegar carona para a cidade. É lamentável esse fato, assim como é lamentável a imposição de uma identidade urbana a quem se sente rural. Não podemos mais pensar campo e cidade como dois opostos, que em nenhum momento convergem um com o outro, a dinâmica da ruralidade derruba esta hipótese.

Durante o meu trabalho de campo, as vezes que estive na sede do município, principalmente na feira, encontrei ocupando aquele espaço famílias que moram e vêm da vicinal comercializar seus produtos, e também pessoas que não estão mais diretamente no lote, a família toda está morando na cidade e fazem uso do lote apenas para plantar e vender na feira, não mais como espaço de morada.

A escolha de morar na cidade e manter o lote para produzir com o objetivo de sustentar a família, que agora está na cidade, acontece por conta das circunstâncias que acabam expulsando-os do lote para a cidade com a expectativa de melhorar as condições de vida. Na prática não é bem isso que acontece, pois, como na cidade não encontram a possibilidade de um emprego, o lote continua sendo a fonte de renda da família, com uma diferença, renda agregada à acessibilidade, mesmo que muito precária, ao posto médico do município, a escola, que agora fica bem próximo de casa, praça para passeio, dentre outros.

Favareto (2007) se questiona se o tempo presente representa um novo momento, uma nova etapa para compreensão do rural a partir de outras concepções que vão para além das impostas pelo urbano. Para ele as estruturas, assim como a dinâmica das relações entre campo e cidade, sofreram alterações, pois, segundo seus estudos, a compreensão do rural já não comporta um espaço restrito ou setorial, o que obriga a sua passagem do território à territorialidade, passando a configurar um novo espaço para discussão sobre as novas construções sociais em que se encontra o campo.

Enquanto Favareto (2007) compreende as mudanças nas relações entre campo e cidade numa perspectiva histórica, Brandão (2007) faz a mesma discussão,

mas com um porém, ele trata desta mudança a partir de um contra-ponto, um contraste entre técnica, que para o autor é o mesmo que capitalismo, e cultivo tradicional. Existe em Brandão (2007) uma crítica ao fato das comunidades rurais serem focadas apenas a partir do espaço e da cultura, é como se ela fosse apenas um reduto a-histórico ou apático ao espaço que a circunda.

Para o autor, é preciso que se implemente às interpretações do campo o “tempo”, que, por sua vez, proporcionará uma visão também histórica desta população, percebendo assim, que o rural não é algo estático, que pode ser compreendido apenas a partir do espaço que ocupa ou de sua cultura. Segundo o autor, ao ser dado a devida importância ao tempo e a história na compreensão das comunidades rurais tradicionais é percebido o árduo caminho que elas vêm fazendo para manter fora de seus padrões de relacionamento o “capitalismo industrial”.

Brandão (2007) faz essa observação para contrapor a ideia que procura se hegemonizar, afirmando que o fato da tecnologia ter invadido o campo fez com que este perdesse a sua essência. Para o autor, o usufruto dos bens ofertados pela cidade, e que o campo também se apropria deles, não são elementos suficientes para negar a existência do rural.

Esta nova relação, entre campo e cidade, segundo Carneiro (1998, 2005, 2008), passa a ser compreendida dentro de uma nova configuração social, e o que vai definir se os indivíduos que moram no campo, mesmo vivendo na cidade, compõe uma comunidade rural é o seu sentimento de pertença, que não pode ser conferido a ninguém mais senão a ele próprio.

É o indivíduo que vai dizer se se sente rural ou não. A autora considera que é justamente esse sentimento que vai diferenciar as pessoas que realmente se sentem rurais daquelas que escolhem o campo apenas para o lazer ou moram nele por necessidade de sobrevivência, não se sentindo parte daquele meio, apenas se adaptando a ele.

Na perspectiva de se considerar o sentimento de pertença como força elementar para estudar as relações estabelecidas entre campo e cidade, compreende-se que as mesmas não partem mais de uma concepção dicotômica, e sim de uma nova concepção, da ideia de *continuum*. Para Wanderley (2000, p. 107) “O conceito de *continuum* rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de

identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural”.

O rural e o urbano como polos de interação, formam, assim, o que Carneiro (1999) e Wanderley (2002) chamam de “rurbano”. Porém, mesmo considerando as semelhanças e a continuidade entre campo e cidade, tais relações não excluem suas particularidades, não representam o fim de si ou do outro.

Wanderley (2004) comenta que o espaço local constitui, de fato, o lugar que possibilita o encontro entre campo e cidade. Porém, no espaço local, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário, são fontes de interação e cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos.

O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos polos pelo *continuum*, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades de cada um. Esse contexto torna cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre campo e cidade a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

A lógica apresentada sobre o fim do rural com a invasão de produtos considerados estritamente urbanos, procura apresentar a ideia de que as pessoas do campo deixam de consumir determinado produto para serem consumidas por ele, e assim, deixarem de ser o que realmente são (rurais) para serem transformados em algo que nunca quiseram ser (urbanos) e nem sabem que o são, produtos do consumo.

Portanto, a relação campo e cidade não anula suas particularidades, no sentido de que os espaços continuam, o que muda são as formas de relacionamento estabelecidas com tais espaços. O fluxo dos indivíduos entre o campo e a cidade não se caracteriza como elemento construtor de identidade. Independente do espaço ocupado, o indivíduo é o que sente que é. Considerando este novo olhar lançado ao rural, entendo que as ideias que norteiam a construção da categoria “ruralidade”, é a que mais se aproxima dos objetivos propostos para a realização deste trabalho.

4. A juventude rural como protagonista na relação campo e cidade por meio da mobilidade

Tratando especificamente do jovem agricultor, Weisheimer (2004) levanta uma série de questões que são bem pertinentes para compreensão da relação desses jovens com o trabalho e a família a partir de uma construção formulada pelos adultos, isto é, a determinação de quem é jovem e quem não é jovem a partir de determinados elementos, o casamento, por exemplo, é visto sempre como uma prática de pessoas adultas, o que significa dizer que ao se casar, independente de sua idade, o jovem vai direto para uma vida adulta, sendo considerado adulto e não mais jovem.

No meio rural, e isso foi possível observar no trabalho de campo realizado dentro das vicinias de Rorainópolis, a concepção de juventude como passaporte direto para a vida adulta é muito presente. Geralmente, quando o jovem passa a contribuir integralmente nos trabalhos do lote, ou fora dele, ajudando o pai e outros irmãos, ele não passa a ser considerado adulto. Esse contexto, diferentemente do casamento, me faz refletir que a existência da juventude está muito atrelada à dependência familiar.

A partir da leitura em Pereira (2007), observei em meu trabalho de campo que as atividades desenvolvidas pelos jovens dentro do núcleo familiar não o caracteriza como uma pessoa adulta, ou seja, porém, se este jovem decide fazer outros tipos de atividades fora do núcleo familiar, por exemplo, trabalhar algumas diárias fora do lote e ganhar o seu dinheiro; não querer mais ajudar a família no lote, porque em seu projeto de vida está o anseio de procurar um trabalho na cidade, esta atitude simboliza autonomia, e autonomia é uma característica dos adultos, não dos jovens, portanto, ser autônomo significa ser adulto, mesmo que se sinta ainda jovem. .

Esse processo acontece porque, diferentemente do trabalho, que atinge todas as etapas da vida, da infância à 3ª idade, a autonomia é uma prerrogativa que pertence aos adultos, e quem se apropria dela, mesmo que ainda se sinta jovem, entra, automaticamente, na vida adulta. Ressalto, ainda, que o trabalho não é fator de transição desde que esteja atrelado à dependência familiar, se o trabalho realizado pelo jovem for traduzido em acúmulo de dinheiro, então, passa a classificá-lo como adulto. O trabalho remunerado representa autonomia, pois, o jovem

passa a ter seu próprio dinheiro, podendo, assim, comprar suas próprias coisas e ajudar nas despesas da família. A autonomia é definida por Pereira (2007) como:

[...] o grau em que os indivíduos são independentes, em termos materiais e morais, da tutela de seus pais. Isto é, tornam-se sujeitos capazes de interagirem socialmente produzindo e adquirindo recursos para sua sobrevivência, bem como passam a expressar suas vontades e interesses próprios. (PEREIRA 2007, p. 53)

Diante da problemática posta por Pereira (2007) cabe o questionamento com o objetivo de saber até que ponto o desejo de autonomia não pode está atrelado ao desejo de também ser jovem. Mesmo que, obrigatoriamente, ao se pensar em autônima se pensa em vida adulta, de que forma se pode romper com essa lógica da configuração social posta aos jovens? Não haveria possibilidade de conciliar essa autonomia com a própria juventude?

O contato com alguns jovens rurais que moram nas vicinais do município de Rorainópolis me ajudou a perceber que existe tal possibilidade. É latente nesses jovens o desejo de desenvolver outros tipos de trabalhos fora da roça para ajudar em casa, mas essa possibilidade só existe no meio urbano, o que determina, assim, que se o jovem não quer trabalhar de roça, precisa deixar a família e se aventurar na cidade. Essa saída de casa em busca de trabalho fora do lote, de certa forma, representa autonomia, porém, não determinante a ponto de transformar sua vida juvenil em adulta.

A saída de casa é motivada pelo desejo de ajudar a família e a si mesmo. Também, o fato de querer ter a oportunidade de conciliar trabalho com a permanência no lote, não representa submissão à família, e tampouco o desejo de querer ser considerado adulto. Os jovens que se ausentam do lote para trabalhar na cidade, em sua grande maioria alimentam o desejo de, numa primeira oportunidade, voltar a morar no lote novamente, e são pessoas que se consideram jovens, independente do que pensa a respeito dele.

Não consideram que os compromissos assumidos os caracterizam como adultos, eles se consideram apenas jovens responsáveis. Consideram que o fato deles quererem trabalhar e ter o seu próprio dinheiro não significa, necessariamente, que eles têm que ser adultos, nem que almejam se separar do seio familiar, eles são o que sentem que são, no caso, jovens.

A fala de alguns jovens com quem tive contato ajuda na aproximação dessa realidade vivida por eles. Apresento aqui a fala de Oriel, Cleiton e Jealsanei.

Oriel é natural do estado do Maranhão, neto e filho de agricultores. Ele e sua família vieram para cá pela promessa de terra fácil, dado o fato que em seu estado de origem permanecer na terra estava se transformando em algo muito perigoso, dada a perseguição dos latifundiários em sua região. Chegaram a Roraima em agosto de 1996, do desembarque em Manaus foram direto para a vicinal, na época a 14, pois a vicinal que hoje moram, a 29, que pode ser vista com uma extensão da vicinal 14. Moraram 2 anos na vicinal 14, tempo em que sua família foi assentada pelo INCRA na vicinal 29, mas com um “porém”, foram assentados sem que houvesse um metro de estrada feita, sendo eles os primeiros a abrirem caminho para poderem chegar ao lote.

Nesta época Oriel estava com 17 anos, e o que mais queria era continuar seus estudos, porém, naquele início dentro do lote não seria possível, por conta disso resolveu se ausentar do lote com a finalidade de estudar, passou 4 anos morando na sede do município. Não conseguiu concluir seus estudos porque conheceu sua esposa e logo se casaram, ela com 12 anos, em alguns meses faria 13 na época. O casamento o fez optar pela volta ao seu lote, pois mesmo com apenas 17 de idade havia recebido um lote em seu nome, que é onde mora atualmente.

Pesquisador: Quando saiu do lote para estudar tu ficou apenas em Rorainópolis ou saiu para outros lugares também?

Oriel: Não, só em Rorainópolis. Trabalhava durante o dia e estudava a noite.

P.: Trabalhava em que?

O.: Trabalhei em serraria. Quando eu fui mesmo para Rorainópolis foi bem no tempo de uma campanha, então fui direto trabalhar em um comitê político, trabalhei 2 meses, depois que acabou a campanha consegui vaga numa serraria e comecei a trabalhar lá.

P.: Mas durante tua estadia em Rorainópolis, tu vinha aqui no lote?

O.: Vinha, sempre nos finais de semana estava por aqui, mesmo porque meus pais ficaram aqui no lote.

P.: Havia dito no início de nossa conversa que foi morar em Rorainópolis, depois casou e voltou a morar no lote. Mas enquanto

isso tua família sempre esteve aqui, produzindo no lote. De que forma tu contribuía para ajudar a família durante o tempo que ficou fora do lote?

O.: Assim, sempre que eu podia estava ajudando, como falei, sempre final de semana eu estava aqui com eles, ajudava a fazer algumas coisas no lote e contribuía financeiramente também.

P.: E depois que voltou a morar aqui, já casado, continuou a ajudar sua família na produção?

O.: Quando a gente (*se referindo a ele, seus irmão e pai*) fazia uma roça, a gente sempre trabalhou junto, a roça era junto. Agora, tipo, a fruteira (*a plantação forte para a comercialização é a laranja*), eu sempre comecei a plantar o meu sitio, e eles fazendo a parte deles. A gente trabalhava assim, eles me ajudavam e eu ajudava eles (Conversa realizada em seu lote em junho de 2010).

Cleiton é irmão de Claudio, sujeito cuja historia de vida se encontra algumas páginas mais à frente, e devido o seu papel como responsável pela vinda da família para o estado, reservo a ele a transcrição de tal experiência. Cleiton concluiu o ensino médio em 2010, mora ainda com seus pais na vicinal 9 e na época de nossa conversa, que foi em dezembro de 2010, estava com 19 anos. Depois de uma experiência como estagiário ligado ao programa de estagio do governo voltado para os alunos do 3º ano do ensino médio, alimentava o sonho de servir o Exército; já tinha feito alistamento e realizado as etapas necessárias para o recrutamento.

Talvez diferente de outros jovens, a escolha de Cleiton em servir o Exército é interessante, e faz pensar a importância que ele representa na vida dos jovens do campo, como uma possibilidade a mais para a realização de desejos.

P.: E o que está te motivando a ir para o quartel?

C.: O meu propósito é que... Eu sou franzino assim, mas eu gosto de adrenalina. Tenho irmão, primo, que passaram muito tempo no quartel, então, eu também tenho vontade de servir. Aí eu tenho essa vontade de ficar lá pela adrenalina, e também pelo salário, a gente engajar, beleza! Tem muita gente que diz assim: “quartel é investimento perdido, tu sai de lá e não sabe de nadinha, não aprende nada, o que aprende fica lá mesmo”. Mas eu não penso assim.

Em janeiro de 2011 era a data marcada para se apresentar ao Quartel e passar pelo ultimo processo de seleção, onde saberia se ficaria servindo ou se seria dispensado. Em julho deste ano, quando estive na vicinal fazendo visita, estive no lote de sua família e recebi a noticia de que estava servindo o Exército.

Mas enquanto estavam no lote, as atividades de cada um era organizada de maneira que eles contribuíssem da melhor maneira possível, como bem esclarece Cleiton:

P.: Dos projetos que tua família foi contemplada, qual tua participação? Ajuda na venda também?

Cleiton: Não, ajudo a criar, a gente trabalha fora, ganha uma diária para comprar um milho.

P.: Então o teu trabalho está mais centrado fora do lote?

C.: É. Porque esse ano eu estava estudando, então, estava no estagio remunerado do estado, então, esse ano não deu para trabalhar nem lote e nem em lugar nenhum; estagiava de manhã e estudava a tarde.

P.: Mas a prestação e serviço em forma de diária para os outros é com frequência que você faz?

C.: Não, só de vez em quando.

P.: Quando tu estava estudando, o que fazia no período de férias?

C.: Ficava no lote, ajudando o Pai no lote.

Jealsanei tem 16 anos de idade, e é morador da vicinal há 9 anos. Ele e sua família vieram de São Félix do Xingu, que fica no estado do Pará, direto para Rorainópolis. Na cidade de origem também trabalhavam na agricultura. É o quinto de uma turma de 9 irmãos, com exceção de um, que trabalha como vaqueiro em uma fazenda dentro da vicinal, cujo dono é de Manaus, todo mundo trabalha diretamente no lote.

P.: E quanto ao trabalho, tu ou teus irmãos e pais só trabalham no lote mesmo ou, além do lote, trabalham fora também?

Jealsanei. : Eu, por exemplo, nessas férias vou ter que trabalhar fora. Trabalhar com meu tio roçando pasto, fazendo cerca, tirando

estaca, nesses dois meses, janeiro e fevereiro

P.: Mas esse tipo de trabalho tu só faz nas férias?

J. : Não, as vezes final de semana eu também trabalho fora de casa.

P.: E o que tu ganha é apenas para ti ou tu dá para tua família, como é feita a administração dele?

J. : As vezes eu divido com ela, dou a metade e fico com a outra, mas as vezes só dá para mim.

A experiência destes jovens, seja fora do lote ou dentro dele, ajuda a perceber a diversidade e os diferentes modos deles procurarem aproveitar todas as oportunidades possíveis, sem perder o vínculo familiar.

Considerações Finais

Ao apreender os jovens a partir de uma visão preconizada pela inferioridade, anula-se qualquer tipo de ação deste como sendo um ato político. O jovem perde a sua autonomia de reivindicar suas próprias demandas de políticas públicas por não ser considerado “politizado”. Assim, toda e qualquer política pública voltada para os jovens, independente de sua realidade, tem a característica de imediatismo, sendo elaborada apenas para atender uma demanda do presente, não conseguindo acompanhar os jovens em suas trajetórias de vida.

Ao longo do tempo foi sendo cristalizada, pelo senso comum, uma imagem naturalizada a respeito dos jovens. Pensa-se que eles, por estarem ligados à família, não tem protagonismo, sendo conduzidos pelos pais. Essa ideia naturalizada de que a juventude é moldada a partir dos anseios dos adultos e não de seus próprios sonhos acaba sendo algo que não condiz com a realidade vivida pelos jovens.

Esse recorte naturalizado feito da juventude contribui para que os jovens estejam presos a uma definição imutável, inflexível. A escuta dos jovens tem ajudado a mudar, moderadamente, esse quadro, pois, nessa nova dinâmica não é o jovem que precisa se enquadrar na definição que se faz dele, é o conceito que precisa ser flexível a ponto de dar conta das juventudes.

O que verifiquei através do trabalho de campo é que os jovens, com os quais

eu desenvolvi esse trabalho de pesquisa, protagonizam seus projetos de vida. Quando o Oriel e o Israel resolveram sair de casa para morar na cidade, o anseio deles não era simplesmente sair do lote. Queriam “buscar um estudo melhor” e um trabalho remunerado para investir no lote. Assim, futuramente desejam voltar para lá e dar continuidade à vida no lote. A experiência na cidade foi mais negativa do que positiva, o que acabou levando-os de volta ao lote antes do que previam, realidade esta que será tratada com mais ênfase no capítulo seguinte.

O fato dos jovens saírem mais cedo de casa, de escolherem para si uma vida diferenciada daquela vivida por sua família no campo, não pode servir de instrumento classificatório, onde deixam de ser rural para se tornarem urbano. Esta mobilidade entre campo e cidade é pertinente para eles, enquanto jovens, porque passa a ser o único meio encontrado para a realização de seu projeto de vida.

Essa situação nos faz refletir a respeito da permanência ou saída dos jovens do campo, onde Castro (2009) considera que é preciso romper com o determinismo que define a saída ou permanência dos jovens no campo. O fato dos jovens estarem ocupando os espaços urbanos não configura elemento essencial para lhe fornecer uma identidade, a de jovem urbano e não mais rural.

Recebido em março de 2014.
Aprovado em agosto de 2014.

Referencias

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. In: **Ruris**, volume 2, número 1, p. 9 – 38, março de 2008.

_____. Introdução. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 9-14.

_____. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro**. Ed. Campus/Pronex, 1998. p. 1 – 27

CASTRO, E. G. **Sonhos, desejos e a “realidade”**: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense /RJ. In: Simpósio Internacional de Juventude Brasileira- JUBRA, Rio de Janeiro, p. 1 – 49, out /2004.

FAVARETO, A. S. **A longa evolução da relação rural-urbano**: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. In: **Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Vol. 1, n. 1 (2007). Campinas: Unicamp/IFCH, 2007. p. 157-190.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2010.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LOPES, W. J. F. **As representações sociais dos jovens do campo, acerca de suas escolas**. 2008. 146. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MANNHEIM, K. **O problema sociológico das gerações**. tradução: Cláudio Marcondes. In FORACCHI, M. M. (org), **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo, Ática, 1982. p. 67-95.

_____. O problema da juventude na sociedade moderna, In FORACCHI, M. M. (org). **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 36-61.

MEIRELES NETO, P. R. A juventude como sujeito social. In: Elementos para uma problematização. Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia. v. 2, n. 2, p. 1-6, abril de 2009.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, J. C. A. **À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade**. 2007. 222 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SILVA, J. G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, p. 87-145, out.2000.

_____. Identidade social e espaço de vida. In: WANDERLEY, M. N. B. (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável; dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp, 2004. p. 61-74.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, UFPR, 2002. p. 29-37

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro Escadinhas, Feliz / RS**. 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
